

O novo tom da área econômica com relação aos credores

Temos apoiado as medidas de austeridade tomadas pelo atual governo, convictos de que é indispensável inverter, sem mais demora, a tendência de crescimento da inflação. O novo governo não poderia permitir que caminhassemos para uma hiperinflação em seu primeiro ano de mandato, o que certamente desgastaria a sua credibilidade, podendo também interferir no quadro institucional na delicada fase de transição que atravessamos.

Bem sabemos que tais medidas são duras e podem influir no ritmo da atividade produtiva. Estamos confiantes, contudo, em que o governo se manterá fiel a seu compromisso de conciliar o combate à inflação com a retomada do desenvolvimento econômico e, dessa forma, a austeridade não se confundirá com uma política contencionista capaz de lançar o País novamente em uma recessão.

Nesse sentido, é fundamental que a renegociação externa se ajuste à política colocada em execução no plano interno. Mais explicitamente: o governo adota um

rigido controle de despesas para reduzir o déficit público, retém a expansão monetária e passa a exercer um controle mais estreito sobre os preços, mas exige que as metas de desempenho a serem acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sejam realistas e que os credores façam concessões, reconhecendo a sua responsabilidade pela crise do endividamento dos países latino-americanos. Sem isso, será impossível assegurar um grau razoável de crescimento neste período.

Esta visão fundamentou o importante discurso pronunciado há dez dias pelo diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Sérgio Silva de Freitas, durante a 26ª assembleia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Houve representantes de bancos internacionais que estranharam a linguagem franca de Freitas, nitidamente diversa da que utilizavam os antigos responsáveis pela área econômica. O novo diretor do BC adotou o tom que tem caracterizado os pronunciamentos dos diplo-

matas brasileiros nos foros internacionais, acabando com a dicotomia antes existente entre as teses defendidas pelo Itamaraty e as esposadas pela Seplan, pelo Ministério da Fazenda e pelo BC.

Freitas não deixou de lembrar que uma considerável parcela da dívida latino-americana decorre das elevadas taxas de juros no mercado internacional, perguntando: "Por que deveriam nações de tradicional vinculação com os Estados Unidos, integradas no mundo ocidental, e com graves problemas sociais, pagar uma parcela da conta dos desajustes entre o orçamento americano e a sua política monetária?"

Outras personalidades brasileiras já fizeram, a plateias dos países desenvolvidos, alertas como este, mas a irritação causada pelo pronunciamento de Freitas deveu-se ao fato de que nunca um representante da área econômica do governo brasileiro falara de maneira tão incisiva. As autoridades até há pouco no poder procuravam, sem dúvida, negociar me-

lhores condições para o País, mas considerariam uma temeridade afirmar, como fez Freitas, que "para os brasileiros a melhoria das contas externas significou retrocesso econômico e social, e mais inflação".

Assim, apesar da enfermidade do presidente Tancredo Neves, a Nova República vai firmando a sua orientação. O governo reconhece a necessidade de rigor na execução da política econômica interna, mas não abdica de sua responsabilidade soberana pela formulação do programa a ser colocado em prática. Passou o tempo em que as instituições internacionais impunham metas, que o governo jamais cumpriu, pedindo depois perdão para as suas transgressões através do humilhante processo de "waivers". O esforço do governo agora será no sentido de cumprir as metas que ele próprio fixou. Da mesma forma, o País dispõe-se a pagar o que deve, mas somente na medida do que pode.

O FMI e os credores fariam bem se compreendessem desde logo esses fatos.